

VOLTAR ÀS RAÍZES: UM CONVITE DE RETORNO À ANCESTRALIDADE E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TENTATIVAS DE APAGAMENTO DA HISTÓRIA NEGRA NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO-SP

Lisie Tatiane de Lima Wenceslau
lisiewenceslau@yahoo.com.br¹

Bruno Melato
brunomelato@hotmail.com²

Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho
bernadet@rc.unesp.br³

Resumo

O presente texto tem como intenção socializar reflexões acerca da experiência de realização da 3ª Semana de Consciência e Cultura Negra realizada numa escola de Ensino Integral pelo PIBID-Geografia, no município de Rio Claro – SP. Simultaneamente, busca-se tecer algumas considerações sobre as tentativas de apagamento da história e da territorialidade negra no mesmo município. Para compreender este processo parte-se daquilo que Quijano (1992) chama de colonialidade do poder; uma forma de dominação que se impôs como padrão mundial e que se entrelaça com as formas locais de reprodução desse projeto de mundo. Reconhecer esse fato é também dar voz às diversas resistências que desenham suas próprias cartografias e se colocam como contraponto ao poder hegemônico. Desde sua criação em 2003 a Lei 10.639, alterada pela Lei 11.645/08, se coloca hoje como um dos mais importantes mecanismos de combate ao racismo pela via da educação. Mesmo assim, sua existência não garante uma revisão do papel imposto aos negros africanos e aos negros brasileiros na sociedade e, conseqüentemente, nas narrativas presentes nas disciplinas ensinadas nos bancos escolares. Deste modo, cabe aos educadores e aqueles que buscam a construção de uma nação, cujo projeto inclua em situação de igualdade pretos, brancos e indígenas, compreender a totalidade/complexidade das lutas negras.

Palavras-chave: Semana de Consciência e Cultura Negra, Lei 10.639/03, PIBID-Geografia

Introdução

O presente trabalho tem como intenção socializar reflexões produzidas na realização da 3ª Semana de Consciência e Cultura Negra, promovida pelo Pibid-Geografia numa escola de Ensino Integral em Rio Claro, interior de São Paulo.

¹ Licenciada em Geografia pela UNESP – RC. Bacharelada em Geografia pela mesma instituição.

² Licenciando do curso de Geografia (B/L) da UNESP – RC. Bolsista de Iniciação à Docência: Sub-projeto Geografia – Depto. de Educação, IB, UNESP-RC.

³ Professora do Departamento de Educação, IB, UNESP-RC.



O terceiro ano da parceria Pibid-Geografia e a escola na realização desse evento trouxe como tema norteador desta edição da semana “Voltar às raízes”. A semana se configurou num convite de retorno à ancestralidade africana, cuja memória persiste graças às resistências oferecidas pelos grupos e sujeitos negros. Em paralelo, teceram-se algumas considerações sobre as tentativas de apagamento da história e territorialidade negra no mesmo município, como constituinte local de um projeto global de dominação perpetrado pela colonialidade do poder (QUIJANO,1992).

O projeto da 3ª Semana de Consciência e Cultura Negra (SECOCUN) foi composto pelas aulas pré-oficinas, as oficinas, e pelo sarau de encerramento. Participaram do projeto aproximadamente 250 estudantes do 6º ao 8º ano. Para cada turma foi pensada uma oficina, estas últimas divididas em dois diferentes blocos:

1) Manifestações Africanas: Máscaras (Bwa, Dogon, Congolezas); Pinturas Corporais: Releituras das Pinturas praticadas pelos povos, Mursi e Surmas, capturadas por Hans Silvester⁴; Bonecas Abayomis.

2) Manifestações afro-brasileiras: Movimentos Culturais Negros Urbanos: o caso do Reggae; Entre Batidas, coqueiros e pisadas: a Tradição do Coco no Brasil; As Raízes do Movimento Negro Rioclarense: Heranças Negras no Território (aula-campo/debate); Capoeira: resistência e identidade. Capoeira Regional; e Oficina de Instrumentos Afro-brasileiros.

As pesquisas realizadas para a elaboração da semana levaram os bolsistas a propor para uma das turmas a aula/campo com o tema “As Raízes do Movimento Negro Rioclarense: Heranças Negras no Território”. Depois de um primeiro momento em sala de aula, a turma realizou o “Roteiro Afro”⁵. A aula campo realizada com o 8º ano subsidiou, além sem dúvida dos demais documentos históricos consultados, as considerações sobre as tentativas de apagamento da história e da territorialidade negra em Rio Claro.

⁴ ARAUJO, E. (org). **Hans Silvester, Vale do Rio Omo, o povo e a natureza**. Catálogo Exposição. Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Museu Afrobrasil, São Paulo, 2013.

⁵ Roteiro Afro – Projeto “A comunidade negra vai à escola” oferecido pela Prefeitura do Município de Rio Claro. Para saber mais: CAMPOS, M. T. A. (coord.) **Implantação da lei 10639/2003: roteiros**. Rio Claro (SP): Estúdio Panda PiX, 2014.



Para Quijano (1992) a formação do mundo colonial capitalista deu lugar a uma estrutura de poder cujos elementos cruciais foram a combinação de uma novidade histórica: de uma parte a articulação de diversas relações de exploração e trabalho em torno do capital e de seus mercados e de outro a produção de novas identidades históricas- “branco”, “índio”, “negro” e “mestiço”. Estas identidades são assumidas por grupos e pelos indivíduos e, conseqüentemente, as representações atreladas aos não brancos, são pormenorizadas, transformadas em folclore e, na lógica das hierarquias sócio raciais, classificadas como inferiores.

As raízes do movimento negro rio-clarense estão associadas às demandas desse grupo por espaços onde sua negritude poderia ser manifestada. Após 1888, com a libertação dos escravizados, a população negra passa a ocupar territórios extremamente delimitados na cidade, como foi, por exemplo, o “buraco quente”, onde hoje se encontram os limites dos bairros da Consolação e Estádio. Nos idos do novo século num período pré-industrial da cidade entre 1920 – 1940 (períodos entre guerras mundiais) houve as primeiras preocupações com o crescimento da indústria⁶. Os novos desenhos tomados pela cidade e orientados por esta preocupação não levaram em consideração a existência dos quilombos urbanos, dos espaços de identidade negra, tentando muitas vezes se sobrepor a eles. Em meados de 1950, o movimento negro organizado reivindica da prefeitura espaços de socialização para a comunidade- reivindicação esta que resultará mais tarde na fundação dos Clubes José do Patrocínio e Tamoios. Estes últimos reconhecidos e identificados com a comunidade negra até hoje. Segundo Pereira (2010), mesmo com as várias tentativas de apagamento das territorialidades negras, elas resistem e cada vez que essas cartografias são visitadas através do ensino, elas tomam vida, colocando-se como resistência concreta e manifesta das contribuições negras para a formação da cidade.

Por fim, discutimos a importância para educadores e para aqueles que buscam a construção de uma nação, cujo projeto inclua em igualdade, pretos, brancos, indígenas, que é necessário compreender a totalidade/complexidade das lutas negras, efetivando concretamente a lei e cuidando para que não se torne uma mera imposição de conteúdos.

⁶ LUZ, M. J.H. M. Aspectos do desenvolvimento urbano de Rio Claro, da lei federal do parcelamento do solo 6766/79 até os nossos dias. IN: Revista Arquivo Público, Rio Claro, nº 3, Jun.,2009, p. 26-31, 2009.

Recriando Hábitos de Vida

Quitanda, quiabo, caçula, jiló... estas são alguns exemplos das heranças da língua banto, presentes no vocabulário brasileiro. Segundo Munanga (2009, p.92), os processos de mestiçagem e empréstimos culturais entre africanos escravizados viriam a se tornar no Brasil a complexa tarefa de classificar a origem étnica das populações afrodescendentes do país, atualmente. No mesmo texto demonstra ainda, a riqueza de contribuições das mais diversas ordens que resistem na linguagem, religião e remanescentes de quilombos.

Recriando hábitos de vida foi o tema daquilo que era chamado “pré-aula”. Na atividade prevista para o desenvolvimento dos trabalhos, os estudantes foram organizados em grupos e identificados por nomes de etnias africanas e deveriam recriar determinados hábitos de vida. Foram orientados a elaborar uma língua, um deus de adoração, uma religião, hábitos alimentares, vestimentas, danças, jogos, práticas cotidianas. Receberam, como base para a criação, um mapa de várias etnias do continente africano, e uma transparência contendo o mapa morfoclimático e político do continente africano, para a localização e espacialização de cada um dos grupos étnicos, bem como para ressaltar os aspectos da paisagem, expressão de cada um dos territórios. No segundo momento da atividade os alunos foram direcionados a simular um intercâmbio cultural, isso se deu retirando componentes e os reagrupando, de modo a provocar uma reflexão sobre como tratariam indivíduos de culturas diferentes.

A pré-aula tinha como objetivos gerais discutir a necessidade do conhecimento da história do negro na África e os processos decorrentes do tráfico de escravos para o Brasil; apresentar os povos Congos, Iorubás, Mandingos, Monjacos, Bantos, grupos predominantes no território brasileiro; apresentar os obstáculos no reconhecimento das origens étnicas, tanto mais recentemente pela destruição dos registros pelo governo republicano no Brasil, quanto pelos batismos com nomes cristãos dados pelos senhores de escravos no período colonial. Além disso, buscou-se discutir os impactos do intercâmbio cultural forçado pela colonização e os conflitos inter-étnicos acentuados pelos interesses europeus; propôs-se também discutir a condição de vida do negro africano na chegada à colônia brasileira e as culturas herdadas desses povos, bem como as criações e recriações culturais dos negros nascidos no Brasil.

A problematização

Iniciados os debates os estudantes foram questionados sobre o porquê do desconhecimento da história negra e, conseqüentemente, das suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.

Para QUIJANO (1992, p.11) a globalização hoje em curso resulta de um processo iniciado há aproximadamente 500 anos, com a ocupação do território que hoje se chama América. Diz-nos ainda que esta estrutura, possibilitada pelo colonialismo, contribuiu para a configuração do que viria mais tarde a se transformar nas discriminações raciais, étnicas, antropológicas e nacionais. Mais adiante explica que as construções intersubjetivas que são produtos diretos da dominação colonial por parte dos europeus foram inclusive assumidas como pretensão “científica” e “objetiva” (grifo de autor) de significação “ahistóricas”, como fenômenos naturais, e não como reflexo da história do poder, observando ainda que:

En efecto, si se observan las líneas principales de la explotación y de la dominación social a escala global, las líneas matrices del poder mundial actual, su distribución de recursos y de trabajo entre la población del mundo, es imposible no ver que la vasta mayoría de los explotados, de los dominados, de los discriminados, son exactamente los miembros de las “razas” de las “etnias”, o de las naciones en que fueron categorizadas las poblaciones colonizadas, en el proceso de formación de ese poder mundial desde la conquistada América en delante. (QUIJANO, 1992, p.12).

Munanga, (2003), ao realizar uma abordagem conceitual sobre as noções de raça, racismo, identidade e etnia nos diz que os processos de classificação dos seres humanos em raças não seriam em si um problema se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX tivessem limitado a suas classificações em função das características físicas humanas. Assim fosse, não teriam causado nenhum mal à humanidade. O problema reside no fato de que esta classificação, desde o seu início, buscou estabelecer uma escala de valores, hierarquizando qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais e, assim, os indivíduos da raça “branca” foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela” (grifo do autor).

Ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. (QUIJANO, 2005, p, 107).

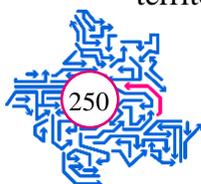
Ao tomarmos como ponto de partida essas perspectivas e ao compreendermos a colonialidade de poder como elemento que emerge como legado do colonialismo, abrimos margem e possibilidade para explicar as tentativas de apagamento da história negra quer em Rio Claro, quer em qualquer parte do globo onde hajam estas relações. QUIJANO (1992, p. 14) define colonialidade do poder como um modo geral de dominação do mundo atual, uma vez que o colonialismo, como ordem política explícita, foi destruído, mesmo não esgotando as condições nem as formas de dominação existentes entre as gentes.

O padrão mundial de dominação inaugurado pelas grandes navegações impõe no decorrer da história, como já dito, padrões na forma de conceber o mundo, na forma de se relacionar com o meio, na forma como se produz ciência. A ideia de raça e seu resultado direto - o racismo - são, portanto, alguns dos alicerces que dão base às ideologias de dominação e, como tal, tornam-se um instrumento extremamente eficaz. QUIJANO (2000, p.1) diz que segundo estas classificações foram distribuídas as principais identidades sociais e geoculturais no mundo.

De una parte: “Indio”, “Negro”, “Asiáticos” (antes amarillos” y “Aceitunados”), “Blanco” y “Mestizo”. De la otra: “América”, “Europa”, “Africa” “Asia” “Oceania”. Sobre ella se fundá el eurocentramiento del poder mundial capitalista e la conseguinte distribuicion mundial del trabajo y del centramiento. (QUIJANO, 2000, p.1).

Entendida como mecanismo de dominação, a ideia de raça se dissolve em diferentes racialidades. É neste sentido que SANTOS (2012, p. 38) defende que, no cotidiano das relações sociais, a raça continua sendo um princípio regulador de comportamentos, tratamentos e relações concordando com Grosfoguel (2010), quando assume a tese de que o capitalismo se constitui e se firma no mundo através de um conjunto de relações de dominação que pluraliza as experiências, ordenando o primado de suas relações: uma hierarquia de classes, divisão do trabalho entre centro periferia, uma hierarquia étnico racial global que privilegia europeus em detrimento de não europeus.

Se partirmos do pressuposto de que a colonização que se deu no território do que viria a ser mais tarde o Brasil e a instauração dos imperativos da colonialidade como herança direta do colonialismo; e ainda, quando admitimos esse processo como parte constituinte de um projeto global de sociedade contribuindo com a formação de identidades geoculturais, é possível compreender em âmbito local as tentativas de apagamento da história e territorialidades negras de Rio Claro. Sobre isto, a seguir, tecem-se algumas considerações.



Considerações sobre as tentativas de apagamento da história e da territorialidade negra rioclarense

Para Pereira (2010), desde pelo menos a abolição, a comunidade negra de Rio Claro seguiu forjando suas próprias organizações, combinando diversas esferas da socialização, como atividades cívicas, carnavalescas, dançantes e beneficentes. Diz ainda que muitas vezes estas organizações ganharam sentido de mero associativismo negro esvaziado de sentido político, mas que:

[...] compuseram um movimento social exatamente porque, no transcorrer história local, se estruturaram e produziram demandas coletivas específicas ao poder político estabelecido, visando ocupar espaços numa estrutura social que sempre privilegiou a população branca. (PEREIRA, 2010, p.14).

O trabalho da autora dialoga conosco quando, ao traçar a trajetória do movimento negro da cidade e seu contexto político econômico e social, demonstra que entre as suas demandas naquele momento, estavam na luta por aquilo que denomina “espaços intermitentes da raça”.

Ora, se admitimos que a colonialidade do poder cria nos sujeitos e nos grupos identidades geoculturais, e que estas identidades são mediadas pela ideia de raça, os espaços associados às territorialidades negras sofrem constantes tentativas de apagamento ou, como diz Corrêa (2011), “a produção de não existência do negro no território”. Destarte, não é por acaso que territórios que abrigaram o “Quilombo Cabana do Mato” ou “Quilombo das Mulheres”⁷, como também era conhecido, hoje abrigue um parque que homenageia imigrantes italianos. Assim como também não foi por acaso as tentativas de retirada da área da figueira de São Benedito dos “homens de cor”, com o discurso da implantação de um projeto de ajardinamento, conforme nos mostra Pereira (2010, p.16).

Os nossos homens de côr, na véspera e dia de S. João, fizeram realizar no pateo de S. Benedicto, dois retumbantes sambas, como despedida do local onde ha tantos annos os adeptos do “batuque” festejam o dia da libertação dos escravos no Brasil. É que aquelle largo vae receber o seu ajardinamento que o tornará mais attractivo, fazendo jús a belleza da igreja do milagroso Santo preto, cousa aliás que ha muito se fazia sentir. Veremos agora, no proximo 1938, qual irá ser o local designado pela prefeitura para ser commemorada a data de 13 de Maio, por nossa gente de cor⁸.

⁷ Hoje localizado nas dependências do “Parque Lago Azul”

⁸ Diário do Rio Claro, de 29/06/1937 apud PEREIRA, 2010.

Para além da implantação irrefletida de conteúdos.

Souza & Katuta (2001) dizem que a partir do princípio de que ciência, ideologia e filosofia, como modalidades do saber, da consciência, objetivam em comum referenciar intelectualmente as atividades humanas e que ignorar estas modalidades é uma questão de método. Essa afirmação pode e deve, em nossa interpretação, ser pensada no contexto das práticas de ensino. Explicamos.

À primeira vista a Lei 10.369/03 pode parecer para os professores, coordenadores e gestores mais um dos "mandos" governamentais, impostos de cima para baixo, como costumeiramente se faz com as políticas educacionais. Todavia, ela guarda uma particularidade, pois é resultado direto da luta em longo prazo travada pelo movimento negro organizado. Aprovada em 09 de janeiro de 2003, instalou-se na esfera escolar um novo desafio: que história da África e dos africanos será contada nos livros didáticos, nos currículos prescritos e naqueles praticados pelas professoras e professores? Que história das negras e dos negros brasileiras (os) será contada por estes mesmos sujeitos?

Os 13 anos de sua promulgação têm demonstrado que a sua existência não garantiu que as temáticas raciais estivessem mais próximas da escola e presentes nos currículos. Percebemos que talvez ainda nos falte a compreensão da luta do povo negro e de sua complexidade. Não basta acrescentar mais conteúdos aos currículos se não houver revisão sobre o lugar ocupado por esses sujeitos nessa história; não basta acrescentar mais conteúdo sem que haja consciência da totalidade desta luta.

Santos (2011), nos adverte da emergência da construção de uma agenda de pesquisa-ação para que aquilo que, historicamente fora silenciado, seja problematizado e transformado em denúncia. Esta advertência reforça o que foi dito acima: de que práticas de ensino que aparentam ser esvaziadas de posicionamentos e cheias de neutralidade, na verdade contribuem para a reprodução de preconceitos e de estereótipos da classe dominante.

Considerações finais

Como já dito, nenhuma prática é esvaziada de conteúdo, de intencionalidade, e tampouco de posicionamentos. Buscamos aqui além de socializar uma prática, defender uma perspectiva teórica, aquela que nos orientou na construção de um evento que pretendeu, nesta



edição e nas anteriores, contribuir para a desconstrução das bases racistas presentes ainda na formação escolar e humana.

Ao assumirmos estes pontos de vista, nos imbuímos de grande responsabilidade; responsabilidade que reverbera na forma como apreendemos o currículo e na forma como o transformamos em conteúdo. Reverbera no novo lugar/significado e sentido que damos à história negra, mesmo com os mecanismos de regulação da prática docente e quando através das histórias e cartografias de resistências, resgatamos ou ao menos contribuímos para o retorno à ancestralidade e para tornar viva, pela voz da juventude, as histórias e geografias daqueles que foram subjugados por tão perverso projeto de dominação.

Por último, salienta-se o papel central que cumpriu e cumpre o Programa de Bolsa de Iniciação à Docência neste processo formativo, pois é indispensável aos futuros educadores refletirem sobre a realidade do Brasil e, paralelamente, sobre a realidade da escola pública. Fazê-lo retira a educação e a escola da condição estática, de materialidade dada e as coloca na condição de instituições em constante construção e palco de disputas políticas e ideológicas.

DANDARA VIVE!!!

Referências bibliográficas

CORREA, Gabriel Siqueira. A Produção De Não Existência Do Negro na Formação do Território Brasileiro: Um Ensaio Sobre O Branqueamento. In: **Congresso Luso Afrobrasileiro de Ciências Sociais: Diversidade e (des) Igualdades**. Salvador. 07-10. 08.2009. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/16323349-A-producao-de-nao-existencia-do-negro-na-formacao-do-territorio-brasileiro-um-ensaio-sobre-o-branqueamento-do-territorio.html> >. Acesso em: 27 de Março de 2016.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e Colonialidade Global. In: SANTOS, Boventura de Souza Santos. MENEZES, Maria Paula. (org.). – **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010. p.394-415.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

_____. Uma Abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P.(org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUF, 2010. p. 15-34.

PEREIRA, Flávia Alessandra de Souza. Movimento Negro em Rio Claro-SP (Brasil): demandas históricas por espaço, respeito e poder. **Revista do Arquivo Público**, Rio Claro, nº6, p. 14-19, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad Y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, Perú, v.13, n.29, p.11-20, 1992.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Centro de Investigaciones Sociales (CIES), Lima, p.107-130, 2005.

_____. **“Raza”, “Etnia” Y “Nacion” En Mariategui: Cuestiones Abiertas**. JCM y Europa: La outra Cara Del Descubrimiento. Amauta, 1992, Lima, Perú.

SANTOS, Renato Emerson dos Santos. Sobre as espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e acismo no espaço urbano. In: Santos, Renato Emerson (org.). – **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ: DP ET Alii; Brasília, DF: ABPN, 2002.

_____. A lei 10.369 e o ensino de Geografia construindo uma agenda de pesquisa-ação. In: **Revista Tamoios**. Rio de Janeiro, v.II, n.1 p.4-23. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/viewFile/1702/2995> >. Acesso em 29 de mar de 2016.

SOUZA, José Gilberto de Souza. KATUTA, Angela Massumi. **Geografia e Conhecimentos cartográficos**. São Paulo, Editora Unesp, 2001.

